



ESTIMATIVAS SUBNACIONAIS DE RENDA DIGNA E SALÁRIO DIGNO PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO (PE), BRASIL

ESTIMATIVAS SUBNACIONAIS DE RENDA DIGNA E SALÁRIO DIGNO PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO (PE), BRASIL

Autores:

- Ian Prates¹
- Rogerio Barbosa²
- Alexandre Barbosa³
- Carmelita Veneroso⁴
- Nathália Porto⁵
- Eduardo Lazzari⁶
- Luciano Mattar⁷
- Martha Anker
- Richard Anker⁸

RESUMO

Este relatório apresenta estimativas de salário digno e renda digna para o estado de Pernambuco, Brasil, dividido em 3 macrorregiões estaduais. Essas estimativas foram obtidas ao adaptar a metodologia Anker para as bases de dados brasileiras, de modo a gerar valores robustos e comparáveis de salário digno e renda digna, totalmente consistentes com os Estudos de Referência Anker. Essas estimativas são apresentadas junto com dados socioeconômicos adicionais para contextualizar os resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Salário Digno, Renda Digna, Estimativas Subnacionais, Brasil, estado de Pernambuco, Metodologia Anker

CÓDIGOS JEL: I31, J3, J28, J8, J4

1 Anker Research Institute & CEBRAP. Email: iprates@sa-intl.org (Corresponding author)

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: rogerio.barbosa@iesp.uerj.br

3 Universidade de São Paulo & CEBRAP. Email: afbarbosa@usp.br

4 Anker Research Institute & CEBRAP. Email: mveneroso@ankerinstitute.org

5 CEBRAP. Email: nathaliafporto@gmail.com

6 CEBRAP. Email: Eduardo.alazzari@gmail.com

7 CEBRAP. Email: lucianomattar@gmail.com

8 Anker Research Institute. Email: marthaandrichard@gmail.com



AGRADECIMENTOS

Este relatório foi elaborado pelo Anker Research Institute (ARI) em parceria com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Ele se insere na ampla agenda de pesquisa da parceria ARI-CEBRAP, que envolve a produção e disseminação de conhecimento sobre salário digno e renda digna no Brasil.

Gostaríamos de agradecer à IDH por seu apoio a essa iniciativa. A IDH desenvolve soluções inovadoras por meio de ações colaborativas, reunindo partes interessadas comprometidas das cadeias globais de valor para impulsionar o comércio inclusivo e sustentável. No Brasil, a IDH trabalha em parceria com atores locais nos estados de Mato Grosso, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco para promover colheitas mais sustentáveis, conservar ecossistemas e fomentar comunidades promissoras.

1. INTRODUÇÃO

Este relatório é baseado na metodologia Anker que permite realizar estimativas de salário digno e renda digna para todas as 79 macrorregiões estaduais do Brasil, construídas com base na nossa metodologia de mensuração a nível subnacional. Os resultados são compatíveis com os Estudos de Referência Anker disponíveis para o sul/sudoeste de Minas Gerais (2016)⁹ e o interior do estado de São Paulo (2020)¹⁰.

A Metodologia Anker é amplamente reconhecida como a mais robusta para a mensuração do salário digno e da renda digna (ver Figuras 1 e 2) e tem desempenhado um papel importante na catalisação da melhoria na renda do trabalho nas cadeias de suprimento globais. Em maio de 2024, mais de 50 relatórios de Estudos de Referência (Benchmarks) Anker de renda digna

e salário digno, com cerca de 35 a 60 páginas, haviam sido publicados pelo Anker Research Institute (ARI), cobrindo diferentes localidades em 25 países.

Embora a cobertura geográfica dos estudos de renda e salário dignos do ARI seja ampla, eles exigem trabalho de campo e coleta de dados primários, equipes de pesquisa altamente qualificadas e considerável supervisão e controle de qualidade. Por essa razão, a Metodologia Anker de Valores de Referência Nacional¹¹ foi desenvolvida para estimar valores médios de renda e salário dignos rurais e urbanos para um país, utilizando dados secundários. Esta metodologia foi aplicada a países para os quais Estudos de Referência completos não haviam sido realizados. Até o momento, estimativas e relatórios de Valores de Referência

9 <https://www.ankerresearchinstitute.org/brazil-benchmarks/livingwage-nonmetroargentina-2020-emhn8-6k6ew-59zrl-bpbkr-gr7r6-x8622-nzd3d-xh9kw-4zge2-2mkhs-7ymgl-6ysxh-98wgl>

10 <https://www.ankerresearchinstitute.org/brazil-benchmarks/livingwage-nonmetroargentina-2020-emhn8-6k6ew-59zrl-bpbkr-gr7r6-x8622-nzd3d-xh9kw-4zge2-2mkhs-7ymgl-6ysxh-98wgl-zhrlc>

11 <https://www.globallivingwage.org/anker-living-wage-and-living-income-reference-values/>

Nacional Anker foram publicados para mais de 30 países.

No entanto, as estimativas dos Estudos de Referência Anker e os Valores de Referência Nacional não abordam diferenças dentro dos países em termos de salários digno e renda digna. Os Estudos de Referência são específicos para localidades e não indicam se o valor para a área estudada se aplicaria também a outras regiões do país. Da mesma forma, os Valores de Referência fornecem estimativas médias

nacionais rurais e urbanas e podem não ser representativos para regiões ou localidades específicas.

A Metodologia Anker de Estimativas Subnacionais supera essa limitação. As estimativas de salário digno e renda digna para as macrorregiões estaduais do Brasil são consistentes e comparáveis entre si, bem como consistentes e comparáveis com as estimativas dos Estudos de Referência Anker e dos Valores de Referência Nacional existentes para outros países.

Figura 1. Definição Salário Digno e Renda Digna

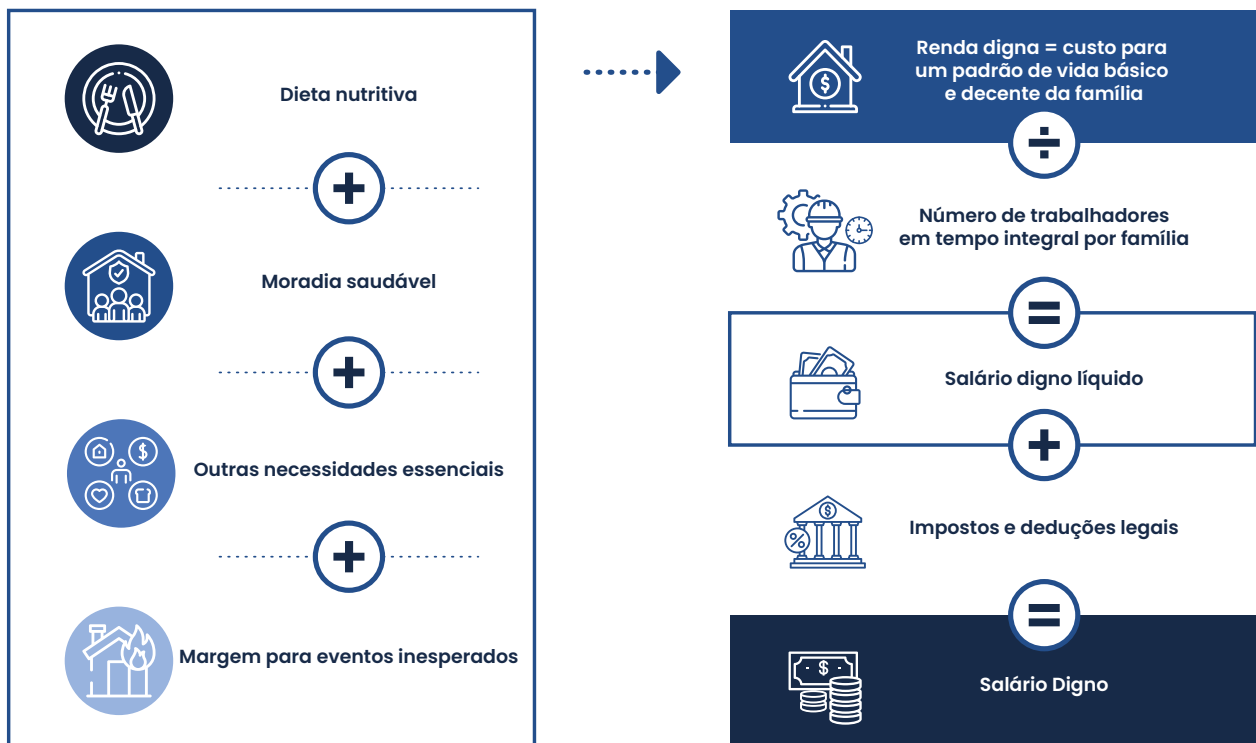
SALÁRIO DIGNO (LIVING WAGE):

Um salário digno é definido como a remuneração recebida por um trabalhador durante um período padrão de trabalho, geralmente mensal, em um local específico, suficiente para garantir um padrão de vida decente para ele e sua família. Os elementos desse padrão de vida incluem alimentação saudável, acesso à moradia decente, com água e esgoto, e despesas relacionadas a educação, saúde, transporte, vestuário e outras necessidades essenciais, incluindo uma margem para situações imprevistas.

RENDA DIGNA (LIVING INCOME):

O conceito básico é semelhante e complementar ao de salário digno, pois também se refere ao custo para manter um padrão de vida básico, porém decente, para uma família. Ele serve tanto referência para o salário digno (quando é dividido pelo número de trabalhadores por tempo integral da família); mas também pode ser aplicado para os trabalhadores em que a unidade de consumo (a família) é também uma unidade de produção, como no caso dos produtores da agricultura familiar.

Fonte: Anker, R., & Anker, M. (2017). urn:isbn:9781786431455. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing. Retrieved Mar 12, 2025, from <https://doi.org/10.4337/9781786431462>.

Figura 2. Componentes Salário Digno e Renda Digna

Fonte: Adaptado de Anker, R., & Anker, M. (2017). urn:isbn:9781786431455. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing. Retrieved Mar 12, 2025, from <https://doi.org/10.4337/9781786431462>.

2. A METODOLOGIA ANKER DE ESTIMATIVAS SUBNACIONAIS DE RENDA DIGNA E SALÁRIO DIGNO

A metodologia¹² do ARI foi adaptada às bases de dados do país para a produção de estimativas de renda digna e salário digno em 79 macrorregiões estaduais do Brasil. Isso foi feito em 7 etapas.

Na etapa 1, dividimos o Brasil nas 59 regiões para as quais o desenho amostral da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permite inferências estatísticas sobre despesas com alimentação, habitação e despesas não alimentares e não habitacionais (NANH). Essas são regiões intraestaduais, como: (i) capitais dos estados, (ii) áreas metropolitanas das capitais, e (iii) áreas não-metropolitanas dos estados.

Nas etapas 2 e 3, os custos de vida para uma família típica de 4 pessoas (2 adultos e 2 dependentes com 18 anos ou menos) foram estimados com base em uma dieta e habi-

tação saudáveis. Os critérios para a dieta modelo e a habitação foram determinados em grande parte com base nos dois Estudos de Referências Anker para o Brasil mencionados anteriormente. Os custos alimentares foram estimados para uma dieta modelo nutritiva e palatável de baixo custo; os custos habitacionais foram estimados para um padrão de habitação saudável; e todos os custos não alimentares e não habitacionais foram estimados para domicílios acima da linha da pobreza e com habitação adequada. A isso, foi adicionado 5% para emergências e eventos imprevistos.

Na etapa 4, a estimativa das áreas correspondentes aos “restantes dos estados” foi desagregada em mesorregiões por meio de um modelo de regressão sobre despesas para as 59 zonas analíticas da POF, utilizando variáveis proxy extraídas de um banco de dados com informações ao nível das mesorregiões e dos

12 Detalhes da metodologia podem ser encontrados em: Prates et al (2024), “Estimativas Anker Subnacionais de Salário e Renda Digna: Relatório Metodológico”. Anker Research Institute.

municípios¹³. Esse passo foi necessário porque muitas dessas áreas são extensas e heterogêneas em termos de custos de vida.

Na etapa 5, mesorregiões com rendas semelhantes foram agrupadas em uma única macrorregião de salário e renda digna. Isso foi feito por razões práticas e para facilitar a tomada de decisão por parte do setor público, do setor privado e do terceiro setor, além da sociedade civil, já que um número extenso de valores de salário digno e renda digna num mesmo estado pode se revelar pouco operacional. Três critérios foram usados para agrupar as mesorregiões do IBGE em macrorregiões estaduais de salário digno e renda digna: (i) as mesorregiões precisavam pertencer ao mesmo estado; (ii) a diferença entre os menores e maiores valores de renda digna das mesorregiões dentro de uma nova macrorregião estadual não poderia ser superior a 7%¹⁴; (iii) sempre que possível, buscou-se garantir a contiguidade espacial, embora mesorregiões não contíguas com valores semelhantes tenham sido agrupados a uma única macrorregião estadual de salário e renda digna em alguns casos.

Na etapa 6, atualizamos nossas estimativas de renda digna (equivalente aos custos de vida totais para uma família de 4 pessoas) de 2017-18 para junho de 2024. Na etapa 7, os salários líquidos e brutos foram calculados. O número de trabalhadores em tempo integral por família para cada macrorregião estadual foi estimado usando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do IBGE. Contribuições obrigatórias para a seguridade social e imposto de renda (se aplicável) foram adicionados ao salário líquido para se obter o salário digno bruto.

13 É importante notar que, para as duas mesorregiões onde os Estudos de Referências Anker foram realizados, a metodologia Anker de estimativas subnacionais resulta em valores de renda digna que diferem no máximo em 5% das estimativas dos Estudos de Referência. Essa comparação fornece evidências sólidas de suporte para as estimativas subnacionais de renda digna e salário digno.

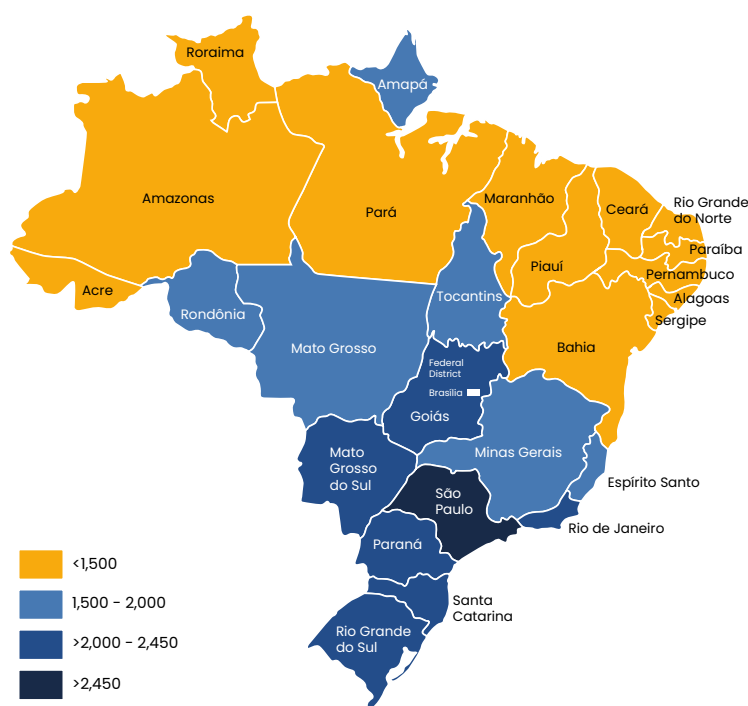
14 Este valor de corte foi estabelecido após uma análise do padrão da variação intraestadual dos valores de renda digna estimados.

3. O ESTADO DE PERNAMBUCO

Pernambuco é um estado na região nordeste do Brasil, com uma área de aproximadamente 98.068 quilômetros quadrados e uma população de cerca de 9 milhões de habitantes, dividido em 184 municípios, que representam cerca de 4% da população brasileira. O estado desempenha um papel importante na economia do Brasil, especialmente nos setores industrial, agrícola e de turismo. A renda domiciliar per

capita do estado é a 24ª do Brasil e está abaixo da média nacional, refletindo desafios socioeconômicos comuns à região Nordeste, ainda marcada por elevados níveis de pobreza, desigualdade e pelas grandes diferenças de renda e de acesso a políticas sociais entre as áreas rurais e urbanas, assim como entre os distritos de sua região metropolitana.

Mapa 1 – Média da renda familiar per capita, 2023, em R\$



Fonte: Phad-C (IBGE), 2023.

4. RENDA DIGNA E SALÁRIO DIGNO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

A Tabela 1 abaixo mostra como as 5 mesorregiões IBGE do estado de Pernambuco foram agrupadas em 3 macrorregiões estaduais de salário digno e renda digna Anker. A Tabela 2 apresenta os valores do salário digno e da renda digna e também os subcomponentes da renda digna (ou seja, custos de alimentação, habitação e não-alimentação e não-habitação – NANH) e os determinantes do salário digno líquido e bruto, assim como o número de trabalhadores em tempo integral por família e os impostos (contribuições previdenciárias e imposto de renda) deduzidos dos trabalhadores assalariados.

Tabela 1 – Macrorregiões estaduais de renda digna e salário digno de Pernambuco conforme agregação das mesorregiões do estado

Estado	Macrorregiões	Mesorregiões
Pernambuco	PE01	Agreste Pernambucano
		Mata Pernambucana
		Sertão Pernambucano
	PE02	São Francisco Pernambucano
	PE03	Capital e Região metropolitana

Fonte: Elaborado pelos autores (Anker Research Institute & Cebrap, 2024).

Tabela 2. Estimações Anker Subnacionais de renda Digna e salário digno para as 3 regiões do estado de Pernambuco (em R\$, junho de 2024)

Estado	Macrorregião	Renda Digna – Custo de vida						Salário Digno				
		População (em mil habitantes)	Renda Digna	Alimentação	Habitação	NANH	5% para emergências	# trabalhadores em tempo integral	Salário Digno Líquido	INSS	I.R.	Salário Digno Bruto
Pernambuco	PE01	4.652	3.524	1.046	686	1.616	176	1,53	2.299	204	0	2.503
	PE02	677	3.762	1.117	732	1.725	188	1,53	2.453	220	0	2.673
	PE03	3.730	4.400	1.088	1.020	2.072	220	1,62	2.715	256	6	2.977

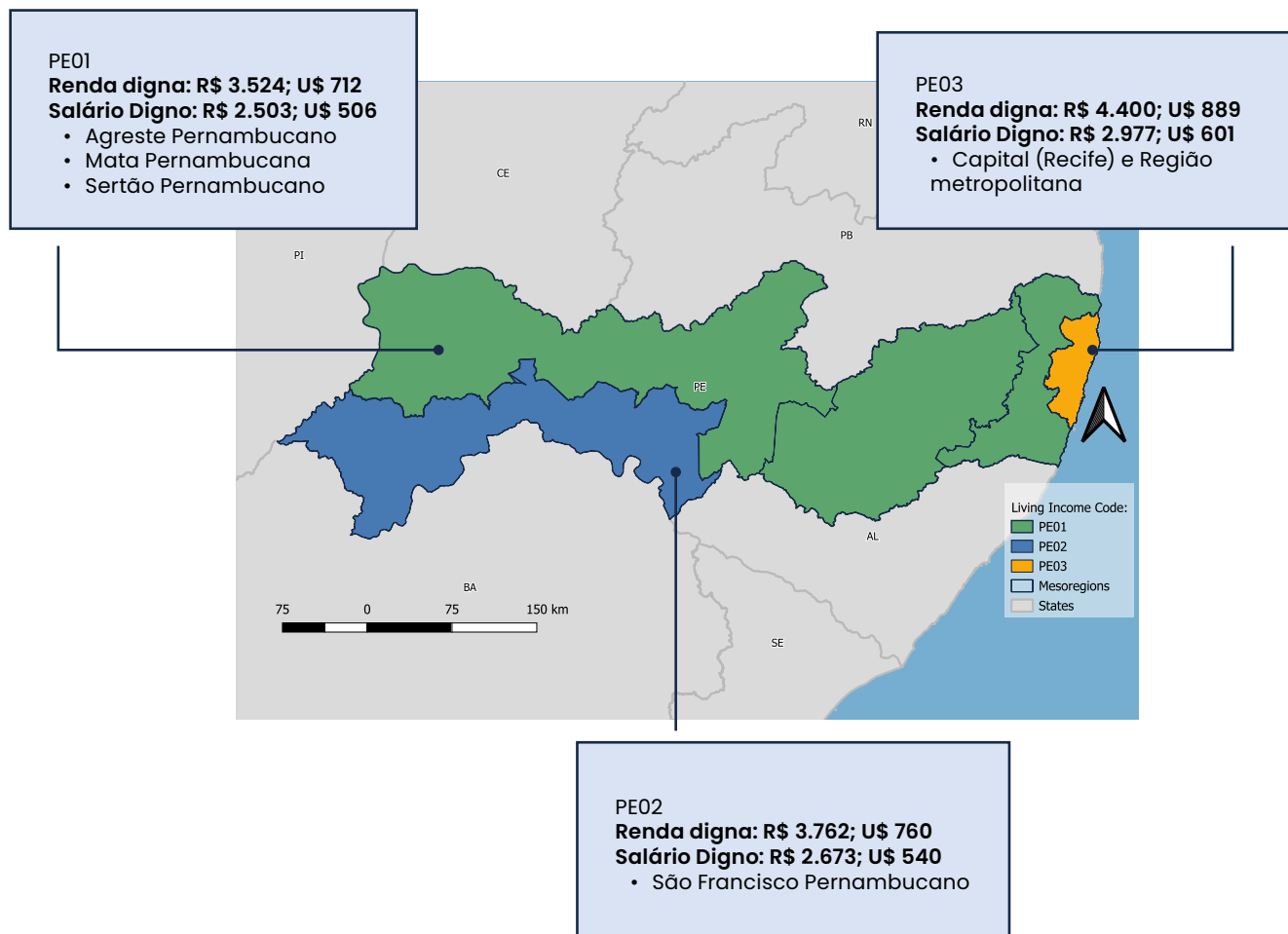
Fonte: Elaborado pelos autores (Anker Research Institute & CEBRAP, 2024).

51% da população do estado de Pernambuco está na região PE01, que inclui as mesorregiões Agreste Pernambucano, Mata Pernambucana e Sertão Pernambucano abarcando boa parte do território do estado, conforme o mapa 2. O restante da população do estado está distribuído da seguinte forma: 8% na macrorregião São Francisco Pernambucano (PE02) e 41% na capital Recife e na região metropolitana (PE03).

O salário digno Anker para PE03 é 19% maior do que o salário digno Anker

para PE01, (2.977 e 2.503 reais, respectivamente). A macrorregião PE03 possui o complexo industrial que compreende a cidade de Recife, a sua região metropolitana e a região do porto de Suape. Destaca-se também a infraestrutura turística e o setor de tecnologia da informação, em especial o papel do Porto Digital em Recife. Mas essa macrorregião estadual também concentra atividades de menores salários e baixos rendimentos no setor de serviços, possuindo um percentual de pobres bem superior à média do país.

Mapa 2 – Macrorregiões estaduais de renda digna e salário digno Anker de Pernambuco (em R\$, junho de 2024)¹⁵



Fonte: Elaborado pelos autores (Anker Research Institute & Cebrap, 2024).

A macrorregião PE01, por sua vez, possui os menores valor de renda digna e salário digno, sendo caracterizada pelo maior alcance das atividades de menor produtividade relativa na agricultura, na indústria e nos serviços.

No caso da macrorregião PE02, percebe-se que o salário digno é 6,8% acima do valor estimado para PE01, o que se deve ao maior valor agregado nas atividades de fruticultura irrigada da cidade de Petrolina e outras áreas do vale do rio São Francisco, com impacto sobre outros setores produtivos (indústria e serviços). Ainda assim, o mesmo valor de salário digno é 11,2% inferior ao observado na macrorregião de PE03, onde os custos de vida se mostram mais elevados.

¹⁵ Taxa de câmbio: 1,00 USD igual a R\$ 4,95. Média de abril de 2023 a abril de 2024. Fonte: Banco Central do Brasil: <https://www.bcb.gov.br/estabilidade financeira/historicocotacoes>

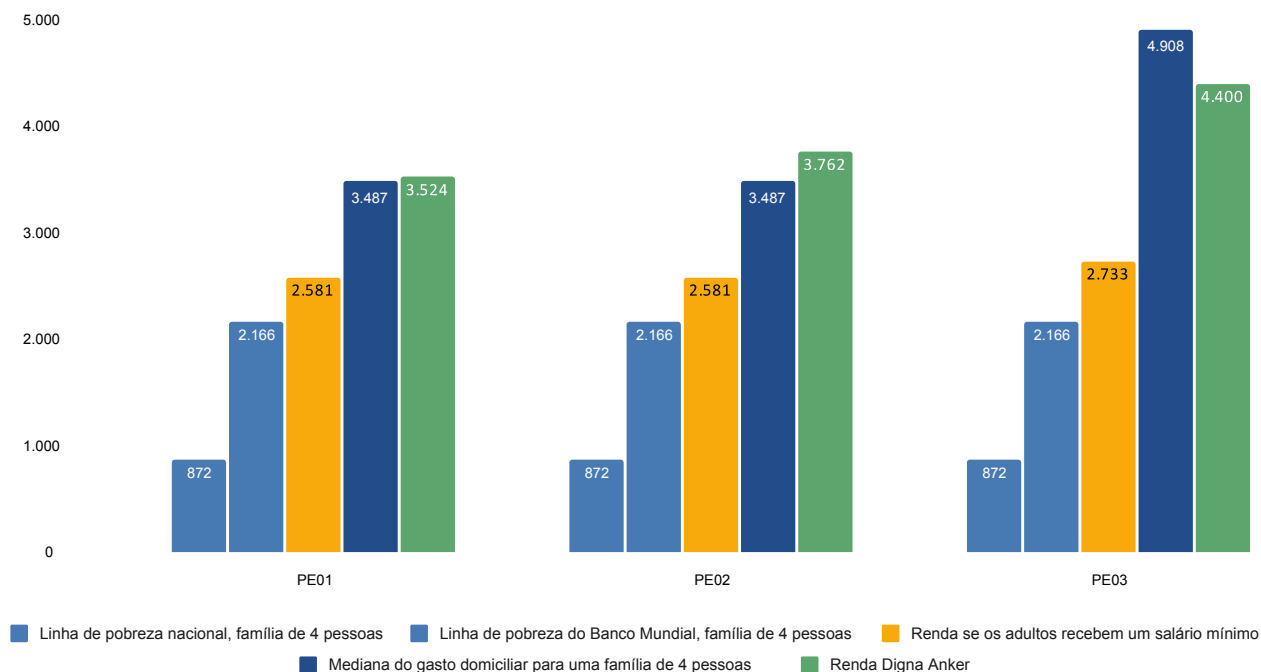
5. ESCADA DE RENDA FAMILIAR E ESCADA SALARIAL PARA AS MACRORREGIÕES ESTADUAIS DE PERNAMBUCO

As Figuras 3 e 4 apresentam uma escada de renda familiar e uma escada salarial para as 3 macrorregiões de salário digno e renda digna do estado de Pernambuco. A Figura 3 compara as Estimativas Anker de renda digna para as 3 macrorregiões com quatro outros indicadores de renda familiar: a linha de pobreza familiar nacional, a linha de pobreza familiar do Banco Mundial para um país de renda média-alta como o Brasil (6,85 PPC por dia por pessoa), a despesa mediana das famílias e a renda familiar no caso de os membros da família que trabalham receberem um salário mínimo mais benefícios previstos por lei.

O valor da renda digna Anker é muito superior à linha de pobreza nacional, variando de aproximadamente 4 (PE01) a 5 (PE03) vezes o seu valor. A renda digna é de 1,6 a 2 vezes maior do que a linha de pobreza do Banco Mundial para o Brasil¹⁶. Quando comparada com a despesa mediana das famílias para uma família de 4 pessoas, a renda digna Anker é 1% maior em PE01, 7% maior em PE02 e 12% menor em PE03.

16 Existe uma diferença pronunciada entre o quanto recebem as famílias consideradas “pobres” e o quanto deveriam receber para viver de forma digna.

Figura 3. Escada de renda familiar, Renda digna Anker e outras rendas para as macrorregiões estaduais de Pernambuco (em R\$, junho de 2024)



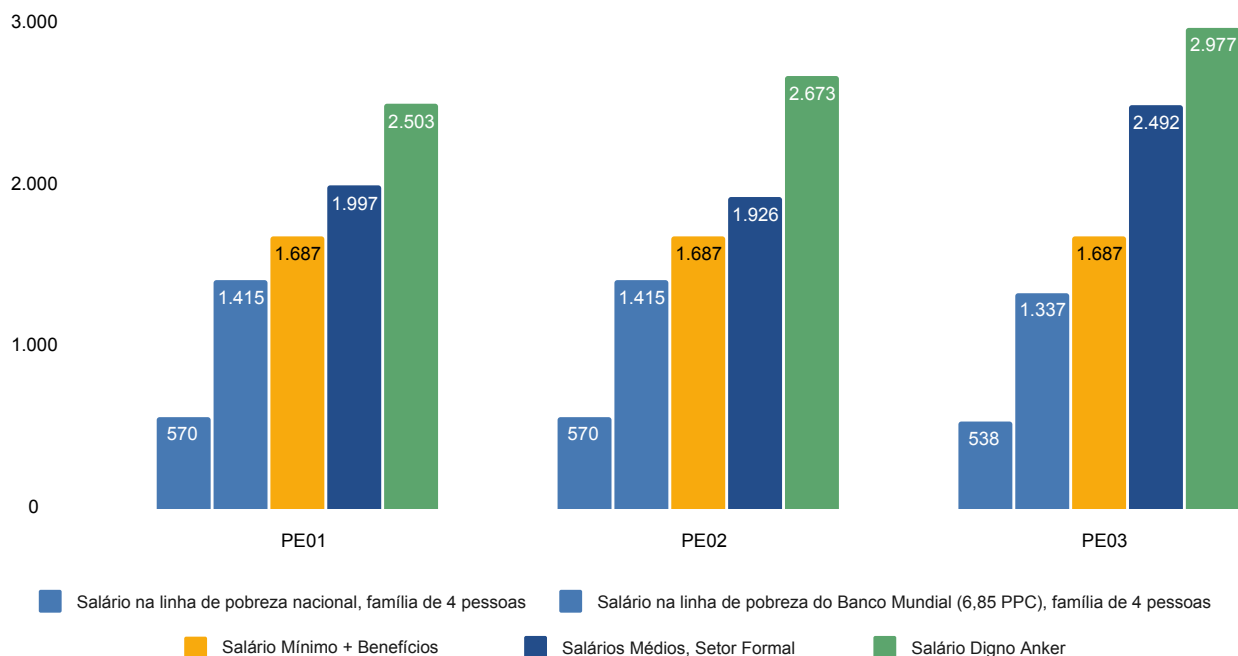
Fonte: Anker Research Institute & Cebrap, 2024.

A Figura 4 compara os valores de salário digno nas 3 macrorregiões estaduais com a linha de pobreza salarial nacional, a linha de pobreza salarial do Banco Mundial para um país de renda média-alta como o Brasil (6,85 PPC por dia por pessoa), os salários médios no mercado de trabalho formal e o salário mínimo mais benefícios previstos por lei.

O valor do salário digno Anker é muito superior ao salário da linha de pobreza nacional, variando de aproximadamente 4,4 (PE01) a 5,5 (PE03)

vezes o seu valor. É cerca de 2 vezes maior do que o salário da linha de pobreza do Banco Mundial para o Brasil. Quando comparado ao salário mínimo nacional, o salário digno Anker pode ser até 76% maior, como na capital Recife e região metropolitana (PE03). Na comparação com os salários médios do setor formal, o salário digno é pelo menos 20% superior nas três macrorregiões estaduais de Pernambuco, o que se deve à concentração de trabalhadores com baixos salários nesse estado, reduzindo assim a média salarial.

Figura 4 – Escada salarial, Salário digno Anker e outras rendas salariais para as macrorregiões estaduais de Pernambuco (em R\$, junho de 2024)



Fonte: Anker Research Institute & Cebap, 2024.

Notas sobre os dados usados neste relatório

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o índice de Gini e a taxa de pobreza são obtidos a partir do Censo de 2010. Essa ainda é a única fonte para este tipo de informação em um nível territorial tão detalhado devido ao adiamento do Censo de 2020 por conta da pandemia de COVID-19. Esses dados são usados para destacar as diferenças estruturais relativas entre as macrorregiões estaduais de renda digna e salário digno e permitem a compreensão das variações intraestaduais no custo de vida. Os dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o Valor Adicionado (VA) ao PIB para cada setor econômico são provenientes das Contas Nacionais do IBGE para 2021.

Os dados sobre salários médios para macrorregiões estaduais de renda digna e salário digno

são extraídos do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgado anualmente. Esta fonte de dados abrange trabalhadores assalariados formais, tanto no setor público quanto no privado, e inclui características demográficas, ocupacionais e de renda dos trabalhadores. A renda analisada inclui todos os benefícios monetários que afetam o contrato de trabalho formal ao longo de um ano (1/3 de férias, 13º salário e abono salarial).

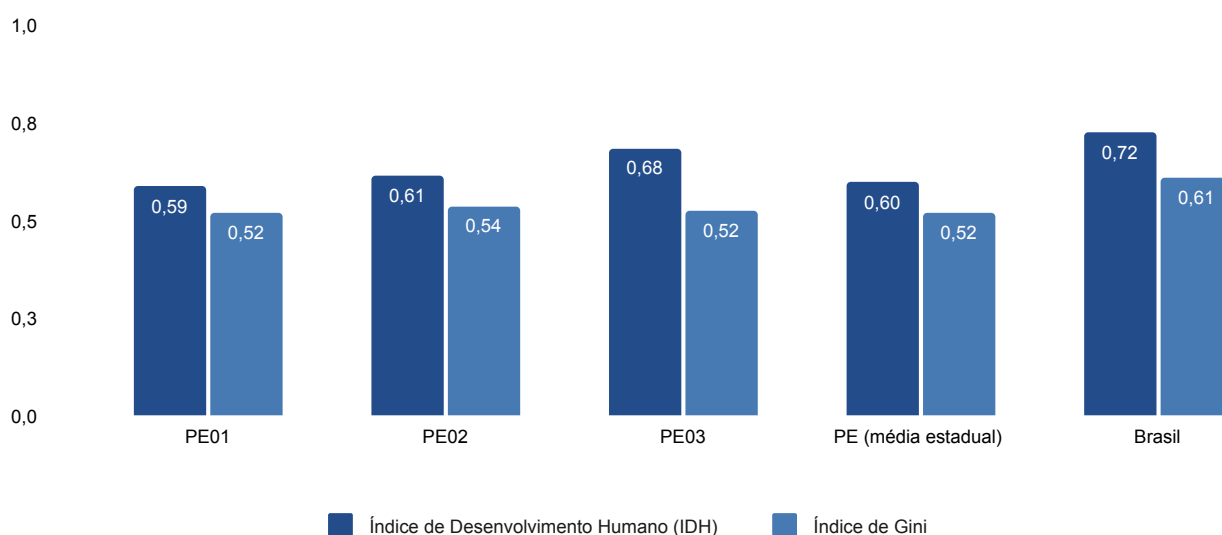
Para comparação com o salário digno, foram considerados trabalhadores com idade entre 25 e 59 anos, pois são os que têm um perfil semelhante ao usado para a estimativa do salário digno na Metodologia Anker. As rendas foram ajustadas usando taxas de inflação até março de 2024, juntamente com previsões de inflação até junho de 2024, e incluem contribuições previdenciárias e imposto de renda aplicáveis à faixa salarial correspondente.

6. APÊNDICE: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DAS MACRORREGIÕES ESTADUAIS DE RENDA DIGNA E SALÁRIO DIGNO

As diferenças nas estimativas de salário digno e renda digna para as macrorregiões estaduais de Pernambuco possuem uma correspondência com os seus indicadores econômicos e sociais. Os níveis de desigualdade – medidos pelo índice de Gini – são próximos entre as três macrorregiões de salário digno, variando entre 0.52 (PE01 e PE03) e

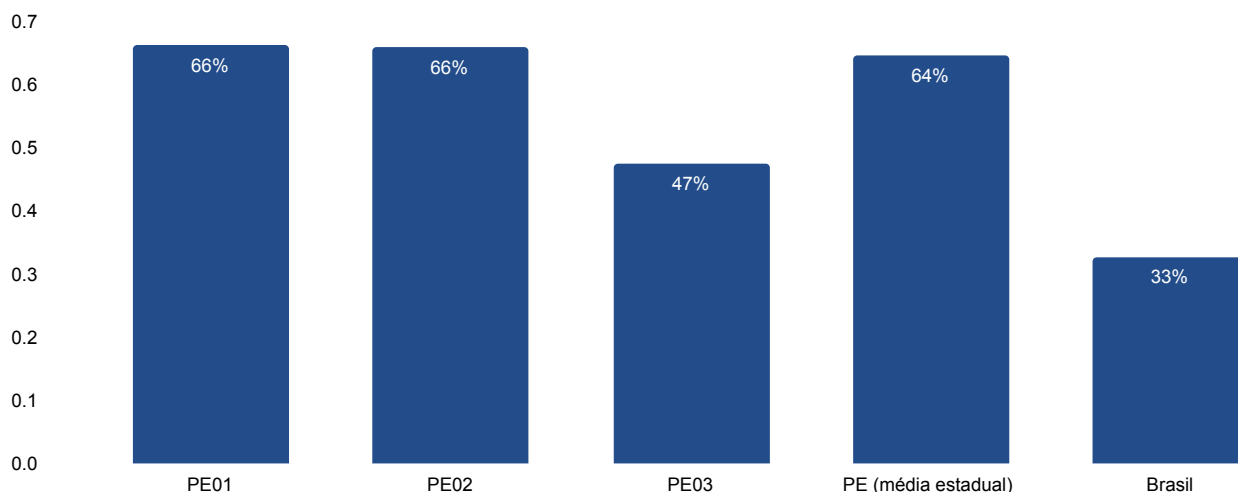
0.54 (PE02). O IDH é maior na capital e região metropolitana (PE03), onde também se observa o maior valor de salário digno. O IDH varia na direção oposta das taxas de pobreza. Assim, PE03 possui taxa consideravelmente mais baixa do que PE01 e PE02, mas situando-se, ainda assim, em níveis bastante elevados, com 47% de pessoas pobres.

Figura A1. IDH e Índice de Gini – Macrorregiões estaduais de renda digna e salário digno de Pernambuco, média do estado e média nacional, 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Figura A2. % da população abaixo da linha de pobreza do CadÚnico (1/2 SM per capita) – Macrorregiões estaduais de renda digna e salário digno em Pernambuco, média do estado e média nacional, 2010

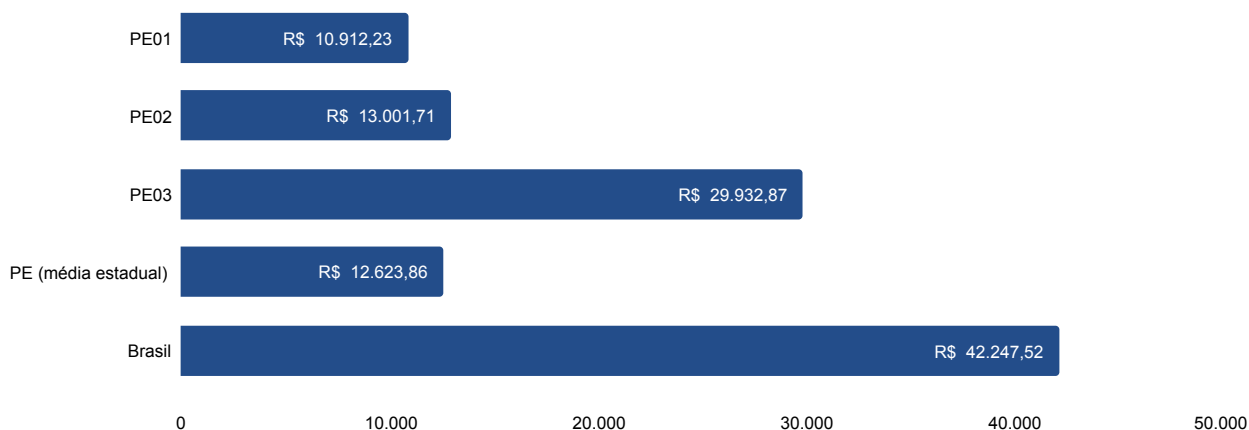


Fonte: Censo Demográfico, 2010.

O PIB per capita da região PE03 é quase três vezes o valor das outras duas macrorregiões, PE01 e PE02, que estão mais próximas da média do

estado. Entretanto, o PIB per capita da capital e região metropolitana responde por 2/3 da média nacional.

Figura A3. PIB per capita a preços correntes – Macrorregiões estaduais de renda digna e salário digno de Pernambuco, média do estado e média nacional, 2021

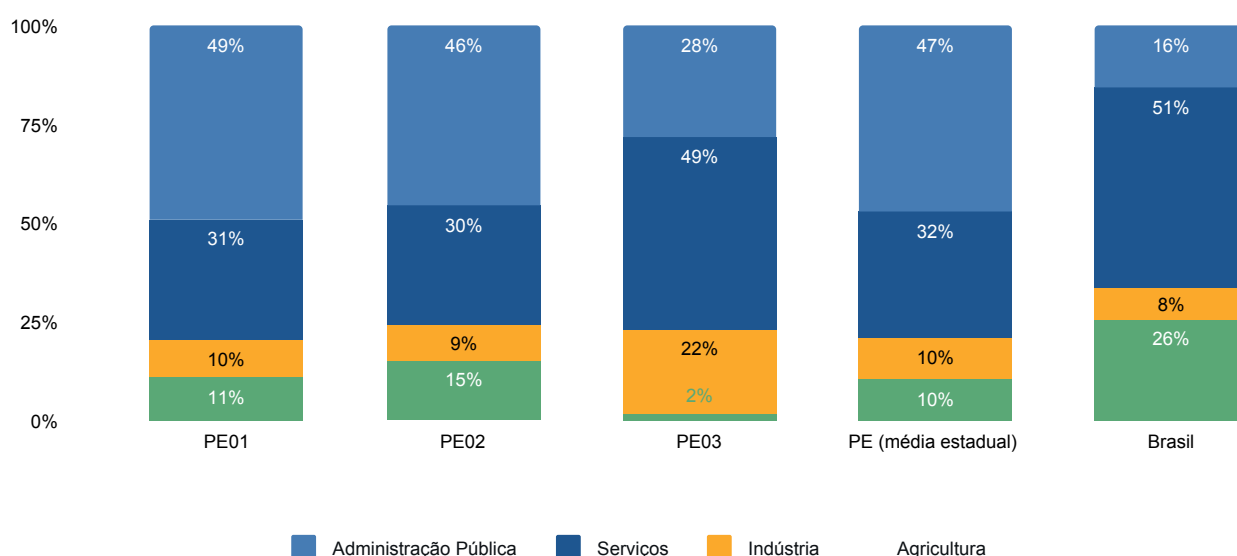


Fonte: IBGE, 2021.

Em termos de estrutura produtiva, a macrorregião PE03, da capital e região metropolitana, caracteriza-se pela maior diversificação em virtude da maior participação da indústria e serviços. A principal diferença entre a PE02 e a PE01 está na maior participação agrícola na primeira, em virtude do complexo de fruticul-

tura irrigada, com alta produtividade relativa e capacidade de exportação; enquanto a outra macrorregião combina áreas diversas da zona da mata, do agreste e do sertão, geralmente com baixa produtividade relativa, e menor integração intersetorial com o restante do estado.

Figura A4. % do valor adicionado bruto ao PIB por setor econômico – Macrorregiões estaduais de renda digna e salário digno em Pernambuco, média do estado e média nacional, 2021



Fonte: Contas Nacionais, IBGE, 2021.



WWW.ANKERRESEARCHINSTITUTE.ORG